Art. 12.º O Laboratório de Ensaio e Estudos de Materiais continua funcionando junto da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nos termos da legislação respectiva.

Art. 13.º O director geral dos edificios e monumentos nacionais será um engenheiro de reconhecida competência escolhido pelo Ministro do Comércio e Comunicações; o chefe da Repartição Central e os directores dos edificios nacionais serão engenheiros civis de 1.ª ou 2.ª classe; o director dos monumentos nacionais será um architecto de 1.ª ou 2.ª classe dos respectivos quadros.

§ 1.º Para maior economia e eficiência dos serviços, o director geral poderá determinar que funcionários das direcções dos edificios prestem temporariamente serviço na Direcção dos Monumentos, e *vice versa*.

§ 2.º Em casos especiais poderá utilizar-se temporariamente pessoal dos serviços de estradas, por acôrdo com a entidade que superiormente dirigir esses serviços e mediante gratificação ao pessoal utilizado, fixado pelo director geral dos edificios e monumentos nacionais.

Art. 14.º As obras de edificios nacionais, quer estejam a cargo directo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, quer de commissões administrativas, não serão postas em execução sem terem projecto e orçamento aprovados.

§ 1.º Não se procederá à organização do projecto de qualquer obra requisitada à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais sem que o Ministro do Comércio e Comunicações o tenha autorizado, em face de informação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

§ 2.º Os projectos cujos orçamentos sejam de importância superior a 10.000\$ são aprovados pelo Ministro em face do parecer do Conselho Superior de Obras Públicas; os que se referirem a obras de grande reparação ou de restauração de monumentos nacionais, também em face de parecer do Conselho Superior de Belas Artes, que será previamente consultado.

§ 3.º Todos os projectos de obras cujos orçamentos não excedam 10.000\$, quer estejam a cargo directo da Direcção Geral, quer de commissão administrativa, são aprovados pelo director geral, mas somente quando se refiram a toda a obra, não sendo permitido, para efeito de aprovação, dividir arbitrariamente uma obra em diferentes partes com projectos independentes. Quando porém se torne necessário organizar orçamento suplementar ou complementar e a soma das importâncias dos dois orçamentos exceder 10.000\$ proceder-se há como fica disposto no § 2.º

Art. 15.º Nas obras a executar nos monumentos nacionais seguir-se há, na parte applicável, o que dispõe o artigo 13.º Para as obras de que não possa fazer-se projecto e orçamento apresentar-se há o programa dos trabalhos e a estimativa das despesas.

Art. 16.º As obras dos edificios e monumentos nacionais serão executadas por empreitadas gerais ou parciais e tarefas ordinárias e de mão de obra, recorrendo-se ao trabalho a jornal somente quando não fôr possível proceder de outro modo.

Art. 17.º É das atribuições do director geral dos edificios e monumentos nacionais:

a) Autorizar, nas obras a cargo directo da Direcção Geral, por conta de orçamentos aprovados, a execução de trabalhos e a aquisição de materiais sempre que as suas importâncias não excedam 10.000\$, sendo essa autorização até 5.000\$ da competência dos directores e não podendo o director geral nem os directores, se derem mais de uma autorização desta natureza para uma obra, exceder, dentro de cada dotação respectivamente, na importância total, os limites que ficam indicados;

b) Organizar nas obras a cargo directo da Direcção

Geral, por si ou pelas Direcções, os processos de adjudicação de empreitadas e respectivas liquidações, aprovando-os desde que a sua importância não exceda 100.000\$.

Art. 18.º Continuam em vigor as disposições do decreto n.º 7:038, de 17 de Outubro de 1920, da lei n.º 1:700, de 18 de Dezembro de 1924, decreto n.º 11:445, de 13 de Fevereiro de 1926, e mais legislação relativa aos serviços do que trata o presente decreto, que pelas do mesmo não ficam revogadas ou alteradas.

Art. 19.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro interino do Comércio e Comunicações e os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 25 de Abril de 1929.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Mário de Figueiredo — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento — Aníbal de Mesquita Guimarães — Manuel Carlos Quintão Meireles — José Bacelar Bebiano — Gustavo Cordeiro Ramos — Pedro de Castro Pinto Bravo.

Direcção Geral do Comércio e Indústria

Repartição da Propriedade Industrial

Por ter saído com algumas inexactidões e incompleto o decreto n.º 16:480, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, de 8 de Fevereiro de 1929, e a tabela que do mesmo decreto faz parte integrante, novamente se publica devidamente rectificado.

Decreto n.º 16:480

Considerando que os serviços que correm pela Repartição da Propriedade Industrial têm aumentado progressivamente;

Considerando que se torna necessário evitar quanto possível que estes serviços sejam exercidos por quem não tenha as habilitações oficialmente julgadas suficientes;

Considerando que muitos destes serviços têm um carácter acentuadamente técnico;

Tendo em atenção o que me foi representado pela Associação dos Engenheiros Civis Portugueses; e

Atendendo a que o presente decreto não traz aumento de despesa ao Estado;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Que o número de agentes oficiais de marcas e patentes, a que se refere o artigo 275.º do regulamento aprovado pelo decreto de 28 de Março de 1895, seja elevado a 9.

Art. 2.º Que no caso de se tornar necessário abrir concurso para o preenchimento dos lugares criados por este decreto, como determina o regulamento referido no seu artigo 278.º, seja regulada a classificação dos candidatos pela lista de preferências junta a este decreto e que dela ficará fazendo parte integrante.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêlé se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 27 de Abril de 1929.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Mário de Figueiredo — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto

de Morais Sarmiento — Anibal de Mesquita Guimarães — Manuel Carlos Quintão Meireles — José Bacelar Bebianno — Gustavo Cordeiro Ramos — Pedro de Castro Pinto Bravo.

TABELA

1) — Curso geral dos liceus	}	1 - 5
Curso das escolas preparatórias		
Curso de regentes agrícolas ou florestais		
Curso de escolas industriais e comerciais		
2) — Curso complementar de letras		2 - 6
3) — Curso complementar de sciências		3 - 7
4) — Curso geral dos institutos industriais e comerciais		4 - 8
5) — Licenciatura em letras e antigo curso superior de letras		5 - 10
6) — Cadeiras das Faculdades de Ciências e do curso geral do Instituto Superior Técnico e Instituto Superior do Comércio		8 - 18
7) — Cursos médios especializados dos institutos comerciais e industriais e cursos secundários industriais e comerciais do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa		10 - 15
8) — Engenheiros agrónomos ou silvicultores		12 - 17
9) — Licenciaturas :		
Matemática		14 - 19
Sciências naturais		15 - 20
Sciências fisico-químicas		16 - 21
Direito		17 - 22
10) — Cadeiras dos cursos especiais do Instituto Superior Técnico e Faculdades de Engenharia, nacionais e estrangeiras		18 - 24
11) — Curso de finanças, diplomático e consular, aduaneiro e de administração comercial do Instituto Superior do Comércio		20 - 25
12) — Engenheiro industrial e curso superior do comércio e curso suplementar de sciências económicas e comerciais		25 - 30
13) — Curso de engenharia civil de minas, mecânica electrotécnica e químico-industrial, por qualquer das escolas nacionais ou estrangeiras abrangidas pelos artigos 1.º e 15.º do decreto n.º 11:988, de 29 de Julho de 1926.		30 - 40
14) — Prática de proposto de agente de marcas e patentes com boas informações (adicionar à classificação obtida, em virtude das habilitações científicas do candidato, 1 valor por cada período de dois anos até o máximo de 5 valores)		1 - 5

Paços do Governo da República, 27 de Abril de 1929. — O Ministro do Comércio e Comunicações, José Vicente de Freitas.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral dos Serviços Centrais

Repartição da Contabilidade Colonial

1.ª Secção

Decreto n.º 16:792

O decreto n.º 12:209, de 27 de Agosto de 1926, regulando num só diploma toda a matéria de concessão de passagens, licenças e demais abonos ao funcionalismo colonial, por forma a constituir o estatuto geral de abonos e outras concessões, inspirou-se na excelência dos princípios de defesa dos interesses gerais do Estado, em harmonia com os recursos financeiros das colónias, e procurou também pôr termo aos sofismas e abusos, por vezes praticados por funcionários pouco escrupulosos, no uso e abuso das regalias que as leis lhes conferem. É sem dúvida fundamental este critério e tem por isso de manter-se, como base de toda a administração, quer nas relações da metrópole com as colónias, quer para segurança e defesa dos nossos domínios de além-mar.

Todavia a execução de determinadas disposições do referido decreto provocou justificadas reclamações, por parte dos funcionários, e para algumas tem sido chamada a atenção do Governo, por várias estações oficiais. É forçoso, pois, atender os casos que representem do facto um princípio de justiça, substituindo, modificando ou esclarecendo as disposições que a lição da experiência tenha demonstrado carecerem de revisão, sem contudo pôr de parte a consideração das normas de economia a que tem de subordinar-se a governação ultramarina.

Entre as modificações necessárias, reclamam imediatas providências as que respeitam aos períodos de tempo de permanência nas colónias, para a obtenção do direito à licença graciosa, a que alude o artigo 73.º do decreto n.º 12:209.

Reconhece-se de facto que tais períodos devem ser reduzidos.

Há que modificar também as disposições relativas ao abono de passagens às famílias dos funcionários, por motivo de licenças graciosas.

Manteve o citado decreto esta regalia, já consignada em diplomas anteriores, mas por forma talvez excessivamente apertada, pois da sua execução resultam, por vezes, prejuízos para os funcionários e suas famílias, que nada justificam, nem mesmo sob o aspecto económico. Fácil é evitar, a bem da regularidade deste serviço, esses prejuízos, sem agravamento do encargo para o Estado, sem perigo de abusos e com manifestas vantagens de ordem moral.

Dispõe esse decreto, no seu artigo 9.º, que o abono de passagens às famílias dos funcionários, por motivo de licença graciosa, só pode ter lugar, quando elas o acanharem para a colónia. Não permite, assim, que as famílias se demorem na metrópole, com direito ao abono de passagens de regresso, quando é certo que as múltiplas contingências da vida, muitas vezes derivadas de motivos de força maior, já constatados em numerosos casos, impõem essa necessidade, e também que do facto de lhes ser reservado o direito ao abono das passagens, nessas condições, não resulta nem aumento de encargos para o tesouro das colónias nem possibilidade de abusos, por parte de quem se veja forçado a solicitar essa reserva.

O artigo 12.º somente autoriza a antecipação dessas passagens, para a metrópole, para as famílias interessadas, quando os funcionários tenham completado o tempo necessário para a concessão das licenças e não pretendam deslocar-se logo, para as virem gozar. O direito à antecipação, nestas condições, bem pode dizer-se que não é considerado, sendo por isso de toda a justiça fixar-lhe um prazo mais razoável do que o estatuido, de modo a poderem ser atendidos, dentro das normas gerais da concessão de passagens, os casos de força maior que tautas vezes tornam necessária e urgente a antecipação.

O § único do artigo 11.º estabelece que, no caso de as famílias chegarem à colónia, em data que aos funcionários faltem menos de dezóito meses, para atingirem o direito à concessão da licença, só no fim do período seguinte em que elles tenham direito a nova licença graciosa é que pode ter lugar o abono de passagens às famílias. A exigência de, pelo menos, dezóito meses de permanência na colónia, para a família do funcionário poder utilizar a concessão das passagens, é necessária e deve subsistir, como medida indispensável, para evitar a prática de abusos. Mas não é justo que, pelo fortuito caso de um dia de demora, na chegada da família à colónia, que pode dar-se, em consequência de um simples atraso de paquete, o funcionário se veja coagido a permanecer na colónia o dobro do tempo que a lei prescreve para a concessão das licenças graciosas.

Finalmente, outras alterações há ainda a fazer, escla-